



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 201802952

Código MEC: 1639795

**Código da
Avaliação:** 147485

Ato Regulatório: Autorização EAD Vinculada a Credenciamento

**Categoria
Módulo:** Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 301-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Autorização (EaD)

**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

FACULDADE CATÓLICA DE RONDONIA - FCR

Endereço da IES:

42324 - CAMPUS - PORTO VELHO - CENTRO - Rua Gonçalves Dias, 290 Centro. Porto Velho - RO.
CEP:76801-132

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

SEGURANÇA PÚBLICA

Informações da comissão:

**Nº de
Avaliadores :** 2

**Data de
Formação:** 24/04/2019 14:30:16

**Período de
Visita:** 05/06/2019 a 08/06/2019

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

MARCIO JULIO DA SILVA MATTOS (00725392169)

CLAUDIO RODRIGUES CORREA (88493903787) -> coordenador(a) da comissão

Curso:

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
ADRIANA FERNANDES	Mestrado	Parcial	CLT	8 Mês(es)
ARLEN JOSE SILVA DE SOUZA	Mestrado	Parcial	CLT	8 Mês(es)
CÁSSIO BRUNO CASTRO SOUZA	Especialização	Parcial	CLT	8 Mês(es)
Dulcilene Saraiva Reis da Silva	Mestrado	Parcial	CLT	8 Mês(es)
FABIO SOARES FOLLY	Especialização	Horista	CLT	3 Mês(es)
HILTON JOSE DE SANTANA PINTO	Especialização	Parcial	CLT	8 Mês(es)
JOÃO DIAS DE SOUSA NETO	Especialização	Horista	CLT	8 Mês(es)
JOSÉ OTACILIO LEITE	Mestrado	Parcial	CLT	8 Mês(es)
LUCELMA PEREIRA CORDEIRO	Mestrado	Horista	CLT	8 Mês(es)
Pedro Abib Hecktheuer	Especialização	Integral	CLT	11 Mês(es)
SAVIO ANTIÓGENES BORGES LESSA	Especialização	Parcial	CLT	11 Mês(es)
STÊNIO CASTIEL GUALBERTO	Especialização	Parcial	CLT	8 Mês(es)
Walter Gustavo da Silva Lemos	Mestrado	Parcial	CLT	8 Mês(es)
Zeno Germano de Souza Neto	Mestrado	Parcial	CLT	8 Mês(es)

CATEGORIAS AVALIADAS

ANÁLISE PRELIMINAR1. Informar nome da mantenedora.

ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CULTURA NA AMAZONIA MOACYR GRECHI - AASCAM

2. Informar o nome da IES.

FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA

3. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

Conforme consta na versão disponibilizada do PPC, a IES foi criada por ato da reitoria (Resolução nº

005, de 17/01/2018), tendo processos de autorização e reconhecimento em curso. O endereço a ser visitado é: Rua Gonçalves Dias nº 290, Centro. Porto Velho - RO. 76801123.

4. Descrever o perfil e a missão da IES.

Segundo os dados disponíveis no PDI e no PPC, o perfil da IES é descrito a partir de ações realizadas em nível nacional pela CNBB, segundo as quais são objetivadas "a inclusão das pessoas na obtenção de um ensino de excelência e com perspectivas cristãs imbuídas na transformação social". A missão da IES é descrita como sendo "a promoção plena da pessoa humana por meio do ensino de excelência, do fomento à pesquisa e do cuidado especial para com a extensão comunitária, fundamentada nos princípios ético-cristãos, na inclusão social e no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica." Busca-se, ainda, "proporcionar uma educação capaz de romper paradigmas e transformar a realidade imposta, alicerçada em uma formação profetizadora, evangelizadora, transformadora e emancipadora da realidade social." Além disso, em relação ao contexto regional em que se insere, a IES destaca como realização de suas missões "a contribuição para uma reflexão sobre a Amazônia e sobre os princípios ético-cristãos, necessários para uma transformação social e humana na região em que está inserida".

5. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a criação do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

Os dados apresentados pela IES no PPC e no PDI sugerem coerência com a proposta do curso e o contexto educacional em que se insere. Foram destacados dados referentes ao crescimento econômico de Rondônia, a qual segue em constante crescimento desde 2011, apresentando um crescimento real de 1,4% acima dos índices de inflação em 2017, destacando-se como o estado da Região Norte que mais contribuiu para o PIB nacional.

A oferta do curso se relaciona com a necessidade de ofertar melhores condições de segurança pública para a região. Foram destacados dados que descrevem o aumento e a diversificação da criminalidade na região. Por exemplo: "O estado tem uma parcela significativa dos crimes ocorridos em seu território relacionados à internacionalidade, sendo comuns crimes como roubo e furto de veículos (levados para a Bolívia para servir de moeda de troca por drogas), homicídios (fruto de acertos de contas entre traficantes), contrabando, descaminho, entre outros crimes, e é preciso destacar que o estado é um dos principais corredores para o tráfico nacional e internacional de drogas pois apresenta 1.343 km de fronteira (7,95% da fronteira brasileira) com a Bolívia (país produtor de cocaína, em especial pasta base) e de armas."

Sendo assim, o público alvo do curso é formado por profissionais de segurança pública que buscam formação e aperfeiçoamento específicos.

O perfil do egresso do curso contempla o previsto no CST, buscando o desenvolvimento de possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública relacionadas a: segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. O perfil profissional do formado no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública pode ser sintetizado como sendo de um profissional tecnicamente habilitado e consciente da relevância de sua função e, portanto, apto a contribuir com a redução da violência social.

6. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

A IES foi criada a partir de proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para atuação com educação superior na Amazônia Legal. Segundo o PDI, "a proposta da CNBB visa contribuir com o desenvolvimento da educação na região Amazônica, por meio do Ensino Superior Católico, proporcionando uma educação capaz de romper paradigmas e transformar a realidade imposta,

alicerçada em uma formação profetizadora, evangelizadora, transformadora e emancipadora da realidade social".

Desde sua criação, a IES destaca sua contribuição ao desenvolvimento da região por meio de "debates, palestras, seminários, encontros, aulas inaugurais, semanas acadêmicas, encontros dos Grupos de Estudos, eventos culturais, reuniões, mesas de debates, fóruns, momento de reflexão e oração, dentre tantas outras atividades.

Nessas atividades e ações, foram abordados diversos temas, visando sempre enriquecer a formação e chamar a atenção para assuntos polêmicos e necessários na construção de uma nova visão de ser humano e consolidação de uma Amazônia plena e sustentável".

Em seguida, a IES dirige suas ações para a oferta de atividades de ensino superior em diferentes modalidades, como o processo que ora se analisa.

As modalidades oferecidas pela IES são presencial e a distância para os cursos de Filosofia (Licenciatura) e Direito (Bacharelado). Conforme o PDI, são pretendidos 6 cursos de graduação presencial (Biomedicina, Farmácia, Gestão Hospitalar, Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional), 9 a distância (Filosofia, Gestão Comercial, Gestão da Tecnologia da Informação, produção Multimídia, Segurança Pública, Gestão financeira, Gestão de Recursos Humanos, Pedagogia e Serviço Social), além de 14 cursos de pós-graduação lato sensu (sendo a maioria na área do Direito) e 8 cursos de pós-graduação stricto sensu, em projetos majoritariamente interinstitucionais.

No caso do curso Tecnológico em Segurança Pública, a modalidade pretendida é a distância, com oferta anual de 180 vagas, distribuídos apenas no polo sede.

7. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

8. Indicar a modalidade de oferta.

Educação a Distância

9. Descrever as políticas de institucionalização da modalidade a distância (EaD).

Segundo as informações disponíveis no PPC, as políticas de institucionalização da modalidade a distância assumem uma perspectiva de ensino híbrido, em que os conteúdos curriculares serão disponibilizados em meio digital, garantindo aos estudantes estratégias didáticas e mecanismos para que o acesso, a recuperação e a interação, ocorram com o uso de mediação tecnológica. Serão realizados eventos presenciais para promover a aplicação e ressignificação dos conhecimentos, garantindo flexibilidade curricular e contemplando espaços que ultrapassem o ambiente institucional, colocando os estudantes em contato com a realidade social, em especial, com o mercado de trabalho para o qual estão sendo capacitados. São previstas, ainda, as atividades de ensino-aprendizagem conduzidas por equipe multidisciplinar e multifuncional, com o devido detalhamento nos respectivos planos de design instrucional e de encontro presencial.

10. Listar os polos de oferta do curso, se for o caso.

O curso será ofertado no campus sede da IES.

11. Informar o endereço de funcionamento do curso.

Rua Gonçalves Dias, 290 Centro. Porto Velho - RO. CEP:76801-123

12. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

Segundo as informações do PPC, sua construção foi realizada a partir da liderança da Direção Acadêmica, com a participação do Coordenador do Curso e o apoio de integrantes do Núcleo Docente Estruturante, de professores convidados e de outros segmentos institucionais - Direção Administrativa, Biblioteca, Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. É citada parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina na elaboração de documentos anteriores ao presente PPC que serviram de base ao trabalho em análise.

A implantação e a consolidação do PPC, segundo a IES, serão realizadas sob o acompanhamento do

NDE do curso. Os integrantes do NDE, que tem o coordenador como integrante, realizará processos de gestão do curso.

13. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

A estruturação do curso observou o disposto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST, conforme sua 3ª Edição publicada em 2016.

14. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

Não se aplica

15. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

As seguintes informações constam do despacho saneador:

I - PROCESSO

Autorização Vinculada de Curso EaD nº 201802952.

- Curso Superior de Tecnologia em: Segurança Pública.

- Vinculação com o Processo de Credenciamento EaD nº 201801174, o qual foi cancelado.

II - CONSIDERAÇÕES

Em acréscimo ao acima exposto, verificou-se no processo em voga que:

na matriz do curso não consta a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais, em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005;

no projeto do curso não consta a oferta das temáticas: Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em atendimento às Resoluções CNE/CP nº 1/2004, CNE/CP nº 1/2012 e CNE/CP nº 2/2012; o projeto do curso não esclareceu como será o sistema de avaliação do projeto de curso, com atuação da CPA;

no projeto do curso não contém as informações detalhadas da infraestrutura física e das instalações acadêmicas da sede que serão utilizadas pelos cursos de educação a distância.

III - CONCLUSÃO

Portanto, considerando as questões supracitadas e, em especial, o cancelamento do processo de Credenciamento EaD da Instituição, somos pelo arquivamento do presente pleito, por perda de objeto

16. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

não foram identificados Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão.

17. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

O PPC só informa que são 1800 horas

18. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

Indistintamente, o PPC só informa que são 2 anos para a integralização.

19. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). Descrever o tempo de experiência do(a) coordenador(a) em cursos EaD. No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

Quanto ao regime de trabalho, parcial; Quanto à formação acadêmica, o PPC cita doutorado e especialização em itens diferentes. Quanto às demais informações, não foi possível obter dos

documento disponíveis.

20. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

Quanto ao regime de trabalho, parcial; Quanto à formação acadêmica, o PPC cita doutorado e especialização em itens diferentes. Quanto às demais informações, não foi possível obter dos documento disponíveis.

21. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

Doutores: 3; Mestres: 7; Especialistas: 4.

$IQCD = (5xD) + (3xM) + (2xE) + G/D+M+E+G$, ie, $5x3 + 3x7 + 2x4 + 1/15 = 15+21+9/15 = 3$

22. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar.

Segundo o PPC da IES, equipe multidisciplinar do curso, dado o Termo de Cooperação firmado entre a Faculdade Católica

de Rondônia (FCR) e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), será constituída por profissionais da FCR e da Unisul.

Externamente os profissionais serão vinculados ao Campus Virtual da Unisul, conforme denominações de papéis e definições de atribuições da Instituição, no que tange a produção dos livros didáticos, conteúdos complementares e gestão técnico-operacional do sistema gerenciador de aprendizagem, denominado de Espaço Virtual de Aprendizagem (EVA).

Internamente a equipe multidisciplinar, também denominada de equipe multiprofissional e multifuncional, será composta por integrantes do Núcleo de Educação a Distância, a saber: designer instrucional, administrador de recursos e serviços telemáticos, produtor de multimídia e revisor linguista. No

âmbito do curso a equipe multidisciplinar contará também com a participação do coordenador, de professores conteudistas e responsáveis pela docência e tutoria dos componentes curriculares.

No contexto da FCR, apoiada pela equipe da Unisul, caberá a equipe multidisciplinar a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais, com plano de ação/trabalho denominado de “Plano de Design Instrucional”, o qual, juntamente com o documento que descreve os papéis e as atribuições, formaliza o processo de trabalho

23. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

Doutores: 3; Mestres: 7; Especialistas: 4

24. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Não se aplica.

25. Informar a quantidade de tutores a distância, que atuarão a partir da sede da IES, indicando a relação com o quantitativo de vagas pretendidas, bem como a relação da formação com o curso em que atuará e a experiência em EaD.

Considerando que o PPC afirma que os tutores serão os mesmos docentes do curso, seria 1 tutor para cada 12 alunos. As informações de formação não estão disponíveis para a consulta da comissão.

26. Informar previsão de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

Tal disciplina não consta da lista informada pela IES no emec e do PPC não se pode obter tal informação.

27. Informar a quantidade de tutores presenciais, que atuarão nos polos EaD, quando for o caso,

indicando a relação com o quantitativo de vagas pretendidas, bem como a relação da formação com o curso em que atuará e a experiência em EaD.

O PPC ou outros documentos não se referem a tutores presenciais, que atuarão nos polos EaD

28. Explicitar previsão de oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Não se aplica.

29. Informar sobre a previsão de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Não se aplica.

30. Descrever o sistema previsto de acompanhamento de egressos.

Segundo o PPC, item 3.10.9, o sistema previsto para o acompanhamento de egressos está assim previsto:

Sob a liderança do coordenador de curso a gestão do relacionamento com os egressos deverá ocorrer mediante a adoção de diferentes estratégias como, por exemplo, convites para participação em cursos/eventos, divulgação da oferta de oportunidades de emprego em organizações parceiras e apoio na constituição de associações de ex-alunos.

Deverá ocorrer, também, mediante a aplicação de pesquisas de sondagem sobre a trajetória acadêmico-ocupacional e a oferta de oportunidades de formação continuada como opção para o incremento da sua trajetória formativa.

Como instrumento de apoio à gestão e melhoria contínua, deverão ser realizados estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, com o propósito de subsidiar ações de melhorias no projeto pedagógico do curso e de alinhamento com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 4,63

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com as evidências obtidas no PPC, no PDI e nas entrevistas in loco, foi possível observar o alinhamento entre as políticas institucionais no âmbito do curso, o oferecimento de trilhas formativas relacionadas ao perfil do egresso e a utilização de práticas exitosas em processos de revisão. Dentre as evidências, destacam-se: a) realização de encontros presenciais mensais como parte do Projeto Integrador do curso, conforme PPC; b) planos de design instrucional específicos para as disciplinas, conforme documentos anexos; c) previsão de oferta de bolsas de iniciação científica; d) previsão nos instrumentos de avaliação institucional de mecanismos de revisão de políticas institucionais, conforme atas de reuniões da CPA e regulamento da CPA.

1.2. Objetivos do curso. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com o PPC e com as entrevistas, demonstrou-se que os objetivos do curso estão claramente previstos, são alinhados com o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto regional e, ainda, observam práticas inovadoras no campo do conhecimento relacionado ao curso. Em particular, são destacadas ações do Projeto Integrador como diferenciais. A IES prevê a realização de encontros presenciais mensais com os discentes como forma de instigar os estudantes, oportunizando eventos cooperativos de aprendizagem, ensejando relacionar teoria e prática. A partir das entrevistas com docentes, essas atividades foram destacadas como oportunidades de integração com discentes de outros cursos, assim como estímulo ao pertencimento dos discentes ao corpo estudantil da IES. Por fim, a relação com o contexto regional é evidenciada em diferentes momentos do PPC, das entrevistas e da estrutura curricular do curso, em que são salientados aspectos formativos coerentes com as condições socioeconômicas e históricas da região Norte do país.

1.3. Perfil profissional do egresso.

2

Justificativa para conceito 2: O perfil profissional do egresso está previsto no PPC como sendo de um profissional tecnicamente habilitado e consciente da relevância de sua função e, portanto, apto a contribuir com a redução da violência social, habilitado a diversas possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública relacionadas a: segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. Além disso, as competências pretendidas são aderentes ao previsto na 3ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016, p. 148). Foi demonstrada articulação com necessidades locais e regionais, desde a escolha dos conteúdos curriculares até as possibilidades de atividades complementares, havendo planejamento para ampliação por meio da atuação do coordenador. Em particular, foram destacados os processos de avaliação interna e externa como instrumentos para o aperfeiçoamento do curso. Entretanto, a oferta exclusiva do curso para profissionais da carreira de segurança pública, conforme estipulado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, não está explicitada no PPC. Durante as entrevistas com o coordenador do curso e com os docentes, ficou evidenciado que a intenção da IES seria diferente do disposto no catálogo.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

5

Justificativa para conceito 5: A estrutura curricular foi articulada em torno de três conjuntos de disciplinas, denominadas certificações e que desempenham funções curriculares distintas por constituírem trilhas formativas próprias. A articulação entre a teoria e a prática constitui elemento próprio centrada nos projetos integradores. As metodologias escolhidas para utilização no curso incluem metodologias ativas e têm como referência o terceiro modelo de rotação da sala de aula invertida. Foi apresentado documento contendo o Programa de Promoção da Acessibilidade, com ações relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência mobilidade reduzida e transtornos. Durante as entrevistas, o psicopedagogo e a assistente social da IES descreveram os planos de ações relacionados ao PPA. Foram apresentadas atas de reuniões (8 ao todo) do PPA com deliberações sobre questões relacionadas à acessibilidade na comunidade escolar. A disciplina de LIBRAS está prevista na matriz curricular e a docente da disciplina participou da reunião realizada com os demais docentes. Além disso, estão previstas ambientações com os discentes para o acesso ao AVA, assim como a utilização de laboratórios de informática em casos de necessidades particulares. Além disso, foi apresentado cópia do Programa de Acolhimento e Nivelamento Discente (PAND), de uma disciplina (Direito e Filosofia), que servirá para o curso em análise como forma de promover o apoio ao discente.

1.5. Conteúdos curriculares.

5

Justificativa para conceito 5: Os conteúdos curriculares foram descritos no PPC e, durante as entrevistas com o coordenador do curso e os docentes, tiveram aspectos de seu planejamento discutidos. O Apêndice A do PPC reúne os conteúdos curriculares em torno dos três componentes que estruturam o curso. Estão previstos conteúdos relacionados à realidade local, como Terrorismo, Narcotráfico, Organizações Criminosas e Crimes Digitais, Toxicologia e Segurança Pública. Esses temas são especialmente relevantes para regiões de fronteira como municípios de Rondônia. Em relação aos temas específicos de Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estão previstos componentes curriculares específicos (disciplinas Estudos Socioculturais e Socioeconomia e Geopolítica), a realização de Atividades Complementares Gerais, na modalidade EAD. Está prevista disciplina de Gênero, Direitos Humanos e Educação, com 20 h/a e Reflexões sobre as relações Etnicorraciais na Sociedade Brasileira, com 20 h/a. Além disso, foram apresentadas evidências para o planejamento de congressos e seminários relacionados às temáticas citadas.

1.6. Metodologia.	5
<p>Justificativa para conceito 5:De acordo com o PPC e com as entrevistas realizadas in loco, a metodologia prevista para o curso parece adequada aos objetivos a que se propõe. Em relação ao desenvolvimento de conteúdos, foram apresentadas evidências quanto ao planejamento dos designs instrucionais, cópias de contratos de cessão de direitos autorais de materiais elaborados por conteudistas, bem como cópia do contrato de prestação de serviços entre a IES e outra universidade prevendo atividades de customização de material didático, cessão de licenças para uso de materiais didáticos. Conforme evidências já demonstradas, a metodologia está relacionada aos conteúdos por meio de três diferentes trilhas educacionais e ainda pela realização de atividades presenciais obrigatórias em regime mensal. A proposta do projeto integrador representa evidente inovação em relação a cursos semelhantes e, somado à participação presencial dos docentes, tende a contribuir com os objetivos do curso.</p>	
1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	NSA
<p>Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.</p>	
1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	NSA
<p>Justificativa para conceito NSA:NSA</p>	
1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	NSA
<p>Justificativa para conceito NSA:NSA</p>	
1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	5
<p>Justificativa para conceito 5:Estão previstas atividades complementares no PPC que, conforme evidências coletadas durante as entrevistas in loco, estão relacionadas ao projeto integrador do curso. Esse direcionamento será realizado pela coordenação do curso junto a organizações parceiras para a troca de experiências em segurança pública, como polícias, secretarias municipais e estaduais e forças armadas. Estão previstas diferentes atividades complementares, como iniciação científica, publicações em periódicos, monitorias, cursos de extensão, estágios não obrigatórios, atividades comunitárias e experiências profissionais diversas. Em relação à regulação e ao controle das atividades, está prevista a deliberação pelo NDE e o monitoramento por parte do coordenador. No âmbito do NDE, o direcionamento para atividades relacionadas ao projeto integrador merece destaque.</p>	
1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).	NSA
<p>Justificativa para conceito NSA:NSA</p>	
1.12. Apoio ao discente.	4
<p>Justificativa para conceito 4:De acordo com o PPC, estão previstas diferentes ações relacionadas ao apoio ao discente, organizadas em medidas de acolhimento e permanência (como concessão de bolsas, descontos e facilitação de estágios; apoio psicopedagógico e social; ações da Pastoral universitária; ouvidoria e CPA), acessibilidade metodológica e instrumental (plano de design instrucional que facilite as atividades dos discentes; manual de avaliações presenciais; serviços de tradução e intérpretes de libras e softwares de audiodescrição de telas), monitoria, plano de nivelamento conceitual (leitura e produção de textos, metodologia</p>	

científica), intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios, participação em diretórios acadêmicos e participação em intercâmbios nacionais e internacionais. Em particular, estão previstas ambientações com os discentes para o acesso ao AVA, assim como a utilização de laboratórios de informática em casos de necessidades particulares. Além disso, foi apresentado cópia do Programa de Acolhimento e Nivelamento Discente (PAND), de uma disciplina (Direito e Filosofia), que servirá para o curso em análise como forma de promover o apoio ao discente. Não foram apresentadas ações inovadoras em relação ao apoio ao discente.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa.

5

Justificativa para conceito 5:Foram apresentadas evidências durante a visita in loco que corroboram o previsto no PPC quanto à gestão do curso e às avaliações externas. Nesse sentido, as entrevistas com a CPA, o coordenador do curso e os docentes foram esclarecedoras. O regimento geral da IES estipula, formalmente, as condições e as atribuições para a gestão do curso de maneira focada no coordenador. O regulamento da comissão própria de avaliação (Resolução nº 006/2018) estipula as atribuições da CPA, dirigindo-as aos processos de avaliação interna por meio de ações práticas de curto, médio e longo prazos. Foram apresentados relatórios de reuniões, com devolutivas da direção da IES quanto a demandas apresentadas pela CPA, assim como necessidades de aperfeiçoamento no funcionamento da própria comissão. Com relação à apropriação dos resultados, o plano de ação do coordenador do curso prevê a utilização de insumos da avaliação institucional, da CPA e de avaliações externas para o planejamento do curso.

1.14. Atividades de tutoria.

4

Justificativa para conceito 4:Foram apresentadas evidências indicando que as atividades de tutoria previstas contemplam o atendimento das demandas didático-pedagógicas do curso. A mediação pedagógica está prevista para ser realizada pelo docentes, por meio do AVA na maior parte do tempo, e, seguindo a proposta de ensino híbrido ou semi-presencial, diretamente pelos docentes nas atividades presenciais do projeto integrador do curso. Os encontros presenciais serão mensais e obrigatórios. Foi realizado o acesso ao AVA, onde estavam disponíveis recursos de interação entre os discentes e os docentes, como chats, mural, e-mails e fóruns. São apresentados prazos para respostas aos discentes (24 horas) e procedimentos de feedback. As avaliações estão previstas para serem realizadas bimestralmente, conforme aprovação da CPA, mediante questionário próprio. Não foram apresentadas evidências que sugiram o uso das avaliações em ações corretivas e de aperfeiçoamento de atividades futuras.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.

5

Justificativa para conceito 5:De acordo com as evidências do PPC e das entrevistas, os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria estão previstos e demonstraram alinhamento com outras dimensões do PPC. Estão previstos eventos de capacitação continuada obrigatória para os docentes, que atuarão também como tutores do curso. O período de antecedência é de 60 dias antes do início das atividades. Foi indicada a possibilidade de outras capacitações durante o curso, de acordo com necessidades específicas. Além dos docentes, integrantes da equipe técnica e a coordenação do curso também participarão das atividades de formação. Em relação às avaliações, estão previstos mecanismos formalizados de investigação (questionários), aprovados pela CPA, com o objetivo de permitir o aperfeiçoamento do curso. Foram evidenciadas medidas práticas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes, mormente, pelo uso de ferramentas de tecnologia da informação presentes no AVA e, ainda, nos projetos integradores.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

5

Justificativa para conceito 5:Foram evidenciadas TIC adequadas à realização dos objetivos propostos no PPC do curso. De acordo com as evidências observadas in loco, o ambiente virtual

fornece elementos e recursos pertinentes à proposta pedagógica do curso. O acesso ao sistema foi realizado e os recursos disponíveis para a mediação pedagógica foram demonstrados. Dentre as ferramentas, destacam-se livros didáticos e conteúdos complementares em diferentes formatos, alguns com feedback automático ao estudante, links para acesso a bases de dados, artigos científicos on-line, vídeos e recursos educacionais abertos. Além disso, estão disponíveis chats, fóruns, e-mails, mural, espaços para sugestões de melhorias no material didático, ferramentas de envio de vídeos e áudios. Além da plataforma (denominada espaço virtual de aprendizagem), serão utilizados outros recursos como a plataforma Google Suite for Education, plataformas de acesso ao acervo bibliográfico e laboratórios virtuais. Dentre as experiências diferenciadas oferecidas pelos recursos disponíveis, estão o acesso remoto aos materiais, possibilidade de colaboração em nuvem e ferramentas de webconferência e webinars.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com as informações disponíveis no PPC e observadas in loco, o ambiente virtual de aprendizagem parece ser adequado aos objetivos do curso. O ambiente virtual a ser utilizado no curso em análise é oriundo de parceria com outra IES, cujo contrato de prestação de serviços foi apresentado durante a visita. O acesso ao sistema foi realizado e os recursos disponíveis para a mediação pedagógica foram demonstrados. Dentre as ferramentas, destacam-se livros didáticos e conteúdos complementares em diferentes formatos, alguns com feedback automático ao estudante, links para acesso a bases de dados, artigos científicos on-line, vídeos e recursos educacionais abertos. Além disso, estão disponíveis chats, fóruns, e-mails, mural, espaços para sugestões de melhorias no material didático, ferramentas de envio de vídeos e áudios. Em relação à acessibilidade metodológica e instrumental, foram apresentadas ações do PAND (nivelamento e ambientação) e do programa de acessibilidade específicas para o apoio ao discente. O processo de avaliação está documentado no PPC, consta em atas do NDE e da CPA. A utilização dos resultados consta, ainda, no plano de ação do coordenador do curso.

1.18. Material didático. 5

Justificativa para conceito 5: Foram observadas evidências acerca da adequação do material didático em relação ao descrito no PPC. Está prevista a utilização de materiais didáticos produzidos por uma IES parceira (mediante contrato apresentado durante a visita), compreendendo audioaulas, videoaulas, webconferências, conteúdos Livres na Internet, recursos educacionais abertos, guias de estudo, artigos, livros impressos e acervo de bibliotecas digitais, guias de vídeo. Foram apresentados exemplares dos materiais didáticos a serem utilizados (3 disciplinas), bem como disponibilizado acesso ao AVA. Em relação à linguagem e à acessibilidade, foram apresentadas medidas previstas no âmbito do Plano de Acessibilidade da IES. Durante as entrevistas, os docentes evidenciaram a participação na validação de conteúdos, assim como a participação da equipe multidisciplinar foi demonstrada em outras entrevistas. Dentre os recursos apresentados no material e no AVA, estão videoaulas, podcasts, espaços de dúvidas e de contribuição para a melhoria do material didático.

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 4

Justificativa para conceito 4: Foram evidenciadas, por meio das entrevistas, ações relacionadas à avaliação que corroboram o previsto no PPC. O PPC apresenta dois tipos principais de avaliações: a distância e presenciais, a serem realizadas de forma integrada contemplando questões objetivas e subjetivas. No caso das avaliações EAD, o AVA organizará o livro de notas de forma sistematizada. As atividades presenciais serão alimentadas em sistema próprio. Ambas serão disponibilizadas aos discentes e discutidas com os docentes. Não foram evidenciadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

1.20. Número de vagas. 5

Justificativa para conceito 5:De acordo com as informações disponíveis no PPC e com as evidências das entrevistas, o número de vagas está baseado em estudos relacionados à complexidade regional, à existência de infraestrutura física e tecnológica e, ainda, ao corpo docente. Nesse sentido, argumenta-se que a oferta de 90 vagas semestrais atende à capacidade institucional e à necessidade de profissionais no mercado de trabalho, conforme relatórios apresentados.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 4,71

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

Justificativa para conceito 5:Foi verificado in loco o que está descrito no PPC: o Núcleo Docente Estruturante é composto em conformidade com os requisitos legais — quantidade de docentes, respectivos regimes de trabalho e titulação stricto sensu —, tendo o coordenador como um dos integrantes. Serão providas aos integrantes as condições institucionais necessárias ao atendimento prioritário das seguintes demandas: - Acompanhamento para que o PPC seja consolidado e se mantenha atualizado; - Verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante; - Revisão do perfil do egresso, considerando o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e as novas demandas do mercado de trabalho; - Recomendação de formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; - Adequação do acervo da bibliografia do curso em relação às unidades curriculares, à adequação da quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas autorizadas; - Cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e de regulamentação complementar relativas ao curso. Conforme a Portaria nº 11/2018, o NDE é composto pelos professores Doutor Sávio Antiógenes Borges Lessa (Coordenador), Especialista Stênio Castiel Gualberto; e pelos professores mestres Andréia Alves de Almeida, José Otacílio Leite e Pedro Abib Hecktheuer. Em relação ao regime de trabalho do NDE, um professor terá regime de tempo como horista, a saber: Andréia Alves de Almeida; três professores terão regime de tempo parcial, a saber: José Otacílio Leite e Stênio Castiel Gualberto; e 2 professores terão regime de tempo integral, a saber: Pedro Abib Hecktheuer e Sávio Antiógenes Borges Lessa (Coordenador) Por ser constituído mediante Portaria Institucional, sem a delimitação de prazo para atuação de seus membros, busca-se garantir a permanência dos integrantes por prazo superior aos estabelecidos para os atos regulatórios. Há remuneração pelas atividades desempenhadas no contexto do NDE.

2.2. Equipe multidisciplinar. 5

Justificativa para conceito 5: A equipe multidisciplinar do curso, dado o Termo de Cooperação firmado entre a Faculdade Católica de Rondônia (FCR) e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), será constituída por profissionais da FCR e da Unisul. Externamente, os profissionais serão vinculados ao Campus Virtual da Unisul, conforme denominações de papéis e definições de atribuições da Instituição, no que tange a produção dos livros didáticos, conteúdos complementares e gestão técnico-operacional do sistema gerenciador de aprendizagem, denominado de Espaço Virtual de Aprendizagem (EVA). Internamente, a equipe multidisciplinar, também denominada de equipe multiprofissional e multifuncional, é composta por integrantes do Núcleo de Educação a Distância, a saber: designer instrucional, administrador de recursos e serviços telemáticos, produtor de multimídia e revisor linguista. No âmbito do curso, a equipe multidisciplinar contará, também, com a participação do coordenador, de professores conteudistas e responsáveis pela docência e tutoria dos componentes curriculares. No contexto da FCR, apoiada pela equipe da Unisul, caberá à equipe multidisciplinar a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais, com plano de ação/trabalho denominado de “Plano de Design Instrucional”, o qual, juntamente com o documento que descreve os papéis e as atribuições, formaliza o processo de trabalho.

2.3. Regime de trabalho do coordenador de curso.

5

Justificativa para conceito 5: O coordenador assinou termo de compromisso com a IES que passa seu regime de trabalho para tempo integral a ser concretizado conforme a efetividade da implantação do curso. Segundo o PPC, compete ao coordenador: I. planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso; II. encaminhar à Direção Acadêmica o projeto pedagógico e o planejamento anual; III. encaminhar à Direção Acadêmica os relatórios avaliativos de atividades semestrais; IV. supervisionar as atividades docentes e acadêmicas vinculadas ao curso e o cumprimento do regime didático-administrativo e disciplinar; V. apresentar à Direção Acadêmica a distribuição dos componentes curriculares em relação ao corpo docente, para encaminhamento e homologação do CONSUN; VI. organizar e manter a documentação do curso e dos estudantes e exercer todas as atividades de assinatura e expedição de documentos em consonância com a Secretaria Geral; VII. autorizar o aproveitamento de estudos realizados em outros cursos ou em outras instituições de ensino superior; VIII. exercer as demais atribuições que, por sua natureza lhe sejam atribuídas. Em se tratando de ferramentas de gestão, caberá ao coordenador liderar a definição e implementar indicadores de desempenho da coordenação, juntamente com a elaboração do plano de ação anual no formato 5w2h, itens informacionais integrantes deste PPC (APÊNDICE H). Os indicadores são: Desempenho Discente, Avaliação Institucional, Desempenho Docente, Captação e Permanência e Capacitação Docente. O coordenador também deverá utilizar os sistemas de informação disponibilizados institucionalmente, em especial o utilizado no registro das informações acadêmicas e o sistema gerenciador de aprendizagem. No tocante a comunicação com os docentes, estratégias e mecanismos informais de interação deverão ser mantidos pela coordenação do curso em paralelo a mecanismos e estratégias formais de interação. Destacam-se as reuniões de NDE e de colegiado de curso como espaços formais de interação. Os encontros nessas diferentes instâncias de interação entre os interlocutores deverão ser devidamente planejados com a ciência e participação dos sujeitos envolvidos. O fazer pedagógico partilhado entre os interlocutores nos diversificados espaços de interação permitirão, de modo eficaz, a identificação de problemas e os encaminhamentos para sua solução, bem como o olhar reflexivo para ações de melhoria contínua e o incremento e disseminação de boas práticas entre os sujeitos. Tais procedimentos favorecem o planejamento da administração do corpo docente do seu curso bem como a integração e a sua melhoria contínua.

2.4. Corpo docente.

5

Justificativa para conceito 5: Segundo o item 3.4 do PPC, a natureza e a modalidade de oferta do curso — tecnólogo oferecido na modalidade de educação a distância — o corpo docente será formado predominantemente por mestres, conforme relatório-síntese apresentado no item 4.3 Corpo docente, Quadro 3, do PPC. Dos docentes comprometidos com o curso e previsão de atuação nos dois primeiros anos, um possui doutorado; cinco, mestrado; e dois, especialização. A experiência profissional na área de formação e capacitação para a docência num sistema tutorial presencial e on-line será, também, requisito adotado na constituição do corpo docente. Com o perfil de titulação previsto, espera-se que os docentes sejam capazes de analisar os conteúdos das componentes curriculares descritos nos projetos de certificações (APÊNDICE A), ampliando-os para além da bibliografia proposta, como forma de torná-los contextualizados e significativos à atuação profissional e acadêmica, ensejando o raciocínio crítico dos estudantes. No desempenho do papel de professores responsáveis por disciplinas, os docentes, na condição de professores-tutores, utilizando o Espaço Virtual de Aprendizagem, poderão proporcionar acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos conteúdos curriculares e ao perfil do egresso. Quanto ao incentivo à produção do conhecimento, a componente curricular Projeto Integrador possibilitará o desenvolvimento de atividades de estudo e pesquisa em grupo. Foi apresentado à comissão um relatório de estudo assinado pelo Coordenador que contextualiza e informa as especificidades dos profissionais de segurança pública bem como relaciona, para cada docente, sua formação e experiência profissional com as disciplinas que lecionará e com as respectivas competências do perfil do egresso. Também foi apresentado o QUADRO DEMONSTRATIVO EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS DOCENTES/TUTORES. O documento então atende o que aponta esse indicador, ou, seja considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

2.5. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Conforme descrito na seção 4.4 do PPC: No desempenho de suas atribuições, os professores serão enquadrados conforme os tipos de regime de trabalho previstos no Plano de Carreira Docente, podendo ser: integral, parcial ou horista. Foi verificado in loco que esse arranjo do regime de trabalho do corpo docente previsto permitirá o atendimento integral da demanda estimada (90 alunos por semestre), considerando as atribuições previstas nesse indicador. As atividades de docência, o atendimento individualizado ou em grupo dos estudantes e a correção das avaliações de aprendizagem serão estruturados para que ocorram de acordo com a carga horária semanal de cada componente curricular. Para o planejamento didático, a preparação de avaliações e a participação em reuniões do colegiado e do núcleo docente estruturante, será atribuída carga horária adicional. Isso contribui para o planejamento e gestão para melhoria contínua. Quanto ao registro de execução das atribuições docentes, diferentes formas serão adotadas, compreendendo o acesso ao sistema gerenciador de aprendizagem, o registro em ponto eletrônico e a assinatura em atas de presença ou de reunião. Para efeito de remuneração, as atribuições serão descritas de forma individualizada no recibo de pagamento de salários.

2.6. Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior). NSA para cursos de licenciatura.

5

Justificativa para conceito 5: Foi apresentado à comissão um relatório de estudo assinado pelo Coordenador que contextualiza e informa as especificidades dos profissionais de segurança

pública bem como relaciona, para cada docente, sua formação e experiência profissional com as disciplinas que lecionará e com as respectivas competências do perfil do egresso. O documento então atende o que aponta esse indicador, ou, seja considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

2.7. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.8. Experiência no exercício da docência superior. 5

Justificativa para conceito 5: Segundo o item 4.3 do PPC, Corpo docente, Quadro 3, consta relatório com o tempo de experiência no exercício da docência superior, cujo contexto e detalhamento encontra-se no currículo lattes dos professores comprometidos com o curso. A experiência profissional na área de formação e capacitação para a docência num sistema tutorial presencial e on-line será, também, requisito adotado na constituição do corpo docente. Com o perfil de titulação previsto, espera-se que os docentes sejam capazes de analisar os conteúdos das componentes curriculares descritos nos projetos de certificações (APÊNDICE A), ampliando-os para além da bibliografia proposta, como forma de torná-los contextualizados e significativos à atuação profissional e acadêmica, ensejando o raciocínio crítico dos estudantes. No desempenho do papel de professores responsáveis por disciplinas, os docentes, na condição de professores-tutores, utilizando o Espaço Virtual de Aprendizagem, poderão proporcionar acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos conteúdos curriculares e ao perfil do egresso. Quanto ao incentivo à produção do conhecimento, a componente curricular Projeto Integrador possibilitará o desenvolvimento de atividades de estudo e pesquisa em grupo. Também no que tange à experiência no exercício da docência superior, foi apresentado à comissão um relatório de estudo assinado pelo Coordenador que contextualiza e informa as especificidades dos profissionais de segurança pública bem como relaciona, para cada docente, sua formação e experiência na docência em IES. O documento então atende o que aponta esse indicador, ou, seja os docentes são capazes de promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

2.9. Experiência no exercício da docência na educação a distância. 5

Justificativa para conceito 5: Foi verificado nas reuniões o que está descrito no item 4.3 do PPC, Corpo docente, Quadro 3, onde consta relatório com o tempo de experiência no exercício da docência na educação a distância, cujo contexto e detalhamento encontra-se no currículo lattes dos professores comprometidos com o curso. Na seleção dos professores foi considerado o alinhamento da experiência no exercício da docência na educação a distância, incluindo-se, também, a capacitação para o desempenho das atividades de conteudista e docência presencial e a distância (seção 3.12 do PPC), de forma a garantir atendimento didático-pedagógico compatível com as necessidades dos alunos, submetendo-os a processos avaliativos do tipo diagnóstico, formativo ou somativo, conforme descrito na seção 3.16 do PPC. Quando

necessário, conforme previsto no PPC, item 3.10.2 Acessibilidade metodológica e instrumental, os docentes poderão ser orientados para a elaboração de atividades específicas destinadas aos alunos com dificuldades. Também no que tange à experiência no exercício da docência na educação a distância, foi apresentado à comissão um relatório de estudo assinado pelo Coordenador que contextualiza e informa as especificidades dos profissionais de segurança pública bem como relaciona, para cada docente, sua formação e experiência na educação a distância. Segundo o documento QUADRO DEMONSTRATIVO EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS DOCENTES/TUTORES, mais de 50% dos docentes possuem experiência em educação a distância e a IES prevê carga horária de treinamento nesse sentido antes e durante o início do curso. Os documentos apresentados e o observado in loco então apontam o que requer esse indicador, ou, seja que os docentes são capazes de identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Apesar do percentual acima, pode-se verificar in loco que a equipe de docentes será capaz de utilizar os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

2.10. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. 1

Justificativa para conceito 1:No PPC, seção 4.3 Corpo docente, Quadro 2 - Síntese de informações sobre o corpo docente que atuará no primeiro ano do curso, a IES informa categoricamente que todos os seus tutores não possuem qualquer experiência no exercício da tutoria na educação a distância. Não foi apresentada à comissão qualquer outra evidência que se contraponha a isso.

2.11. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

Justificativa para conceito 5:Segundo o item 4.5 do PPC, o colegiado do curso, conforme o Regimento Geral (item XV art 35), é o órgão primário de função consultiva e de assessoramento acadêmico, tendo por objetivo desenvolver atividades voltadas para o constante aperfeiçoamento e melhoria dos cursos superiores, com base no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sendo constituído pelos seguintes membros permanentes: ● o Coordenador do Curso, como Presidente; ● todos os professores ativos do Curso, no semestre respectivo; ● um acadêmico do Curso, indicado por seus pares. O colegiado de curso deverá se reunir, pelo menos, duas vezes a cada período letivo, com calendário, pautas e atas de reuniões, compartilhados com a Direção Acadêmica, visando garantir a análise e a tramitação, em relação aos assuntos encaminhados para decisão superior. Ainda segundo tal item do PPC, no encerramento de cada ano letivo o colegiado deverá ser submetido a processo autoavaliativo, como forma de apurar seu desempenho, visando a implementação ou o ajuste de práticas de gestão. In loco, foi possível observar as condições para atendimento do que está descrito nesses documentos.

2.12. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. 5

Justificativa para conceito 5:Segundo o PPC, a mediação pedagógica está prevista para ser realizada pelo docentes, por meio do AVA na maior parte do tempo, e, seguindo a proposta de ensino híbrido ou semi-presencial, diretamente pelos docentes nas atividades presenciais do projeto integrador do curso Segundo o Relatório de Estudo do Perfil do Docente apresentado à comissão, esses profissionais são graduados na área das disciplinas pelas quais são responsáveis, a maioria possui titulação obtida em pós-graduação stricto sensu.

2.13. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. 5

Justificativa para conceito 5:Segundo o PPC e as observações in loco, foi verificado que a tutoria será desempenhada pelos docentes do curso e que está ocorrendo o que é descrito no item

4.3 do PPC, Corpo docente, Quadro 3, onde consta relatório com o tempo de experiência no exercício da docência na educação a distância, cujo contexto e detalhamento encontra-se no currículo lattes dos professores comprometidos com o curso. Na seleção dos professores foi considerado o alinhamento da experiência no exercício da docência na educação a distância, incluindo-se, também, a capacitação para o desempenho das atividades de conteudista e docência presencial e a distância (seção 3.12 do PPC), de forma a garantir atendimento didático-pedagógico compatível com as necessidades dos alunos, submetendo-os a processos avaliativos do tipo diagnóstico, formativo ou somativo, conforme descrito na seção 3.16 do PPC. Quando necessário, conforme previsto no PPC, item 3.10.2 Acessibilidade metodológica e instrumental, os docentes poderão ser orientados para a elaboração de atividades específicas destinadas aos alunos com dificuldades. Também no que tange à experiência no exercício da docência na educação a distância, foi apresentado à comissão um relatório de estudo assinado pelo Coordenador que contextualiza e informa as especificidades dos profissionais de segurança pública bem como relaciona, para cada docente, sua formação e experiência na educação a distância. Segundo o documento QUADRO DEMONSTRATIVO EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS DOCENTES/TUTORES, mais de 50% dos docentes possuem experiência em educação a distância e a IES prevê carga horária de treinamento nesse sentido antes e durante o início do curso. Os documentos apresentados e o observado in loco então apontam o que requer esse indicador, ou, seja que os docentes são capazes de identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades. Apesar do percentual acima, pode-se verificar in loco que a equipe de docentes será capaz de utilizar os resultados para adotar práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras no contexto da modalidade a distância.

2.14. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. 5

Justificativa para conceito 5: Segundo observado in loco e como descrito no PPC e no Plano de Ação Anual e Indicadores de Desempenho da Coordenação apresentados à comissão, pode-se afirmar que há planejamento de interação, em conformidade com o PPC, que possibilita condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, considera análise sobre a interação para encaminhamento de questões do curso. Com as atividades de tutoria sendo executadas pelos próprios docentes do curso, conforme previsto no item 3.12 do PPC, juntamente com a capilaridade e territorialidade — locorregional — e a opção Institucional pelo credenciamento somente da Sede, haverá excelente condição para o processo de mediação e articulação entre docentes e coordenador do curso. O resultado de um processo de interação contínua, dada a proximidade dos docentes entre si e com o coordenador, possibilitará celeridade na análise e no encaminhamento de questões do curso. Conforme previsto nas estratégias de gestão do curso (item 3.11 do PPC), reuniões de planejamento e avaliação de encontros presenciais e da docência (tutoria) on-line permitirão avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre docentes e coordenador do curso.

Adicionalmente, estratégias e mecanismos informais de interação serão mantidos pela coordenação do curso em paralelo a mecanismos e estratégias formais de interação. Destacam-se as reuniões de NDE e de colegiado de curso como espaços formais de interação. Os encontros nessas diferentes instâncias de interação entre os interlocutores serão devidamente planejados com a ciência e participação dos sujeitos envolvidos. O fazer pedagógico partilhado entre os interlocutores e os diversificados espaços de interação permitirão, de modo eficaz, a identificação de problemas e os encaminhamentos para sua solução, bem como o olhar reflexivo para ações de melhoria contínua e o incremento e disseminação de boas práticas entre os sujeitos.

2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 5

Justificativa para conceito 5: Após verificação in loco da tabela que consta no PPC, seção 4.3 Corpo docente, Quadro 3, coluna “PRODUÇÃO C, C, A ou T”, pode-se inferir que, no que se refere ao quantitativo da produção científica, cultural, artística ou tecnológica, 50% dos docentes possuem, no mínimo, 9 produções nos últimos 3 anos.

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA 2,88

3.1. Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral. Considerar os espaços de trabalho para os docentes em Tempo Integral do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 2

Justificativa para conceito 2: Na visita in loco às instalações, a sala que foi apresentada à comissão como sendo o futuro espaço de trabalho para os docentes em tempo integral ainda não estava com estrutura física e mobiliário suficientes para atender especificações que são fulcrais nesse indicador: atender às necessidades institucionais, possuir recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantir privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 1

Justificativa para conceito 1: Na visita in loco às instalações, a sala que foi apresentada à comissão como sendo o futuro espaço de trabalho para o coordenador ainda não estava com estrutura física e mobiliário suficientes para atender especificações que são fulcrais nesse indicador: viabilizar as ações acadêmico administrativas, possuir equipamentos adequados, atender às necessidades institucionais, permitir o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispor de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilite formas distintas de trabalho.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. Considerar a sala coletiva de professores para os docentes do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 2

Justificativa para conceito 2: In loco, a comissão pode ver que a sala coletiva de professores compreende espaço institucional de uso compartilhado entre todos os professores da FCR. Essa permite apenas precariamente a) o trabalho docente (não possui qualquer equipamento de tecnologias da informação e comunicação para uso dos docentes), b) o descanso (pequeno número de cadeiras confortáveis) e atividades de lazer e integração. Ela dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais, mas não dispõe de acessibilidade.

3.4. Salas de aula. NSA para cursos que não preveem atividades presenciais na Sede. Considerar as salas de aula para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 3

Justificativa para conceito 3: In loco, pode-se observar que as 3 salas de aulas apresentadas à comissão para o curso possuem ar condicionado, projetores de multi-mídia, quadro branco e tablado, número de carteiras suficientes para a quantidade de vagas do curso. Seu estado de conservação aponta para que se possa afirmar que há manutenção periódica, conforto (exceto para cadeirantes e canhotos), disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas (embora não possuem computadores para acesso ao AVA). Mas, não foram observadas evidências (mobiliário e demais equipamentos) que caracterizem flexibilidade relacionada às configurações espaciais que oportunizam distintas situações de ensino-aprendizagem ou outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa, além de que não existiam espaços reservados para cadeirantes e

havia apenas 1 carteira com encosto para canhoto.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. Considerar o laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática, para o primeiro ano 2 do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).

Justificativa para conceito 2: Durante a visita in loco, foi evidenciado que o laboratório de informática é composto com 20 computadores, ar condicionado, acesso à rede wi-fi. Os computadores são equipados com sistema Linux Mint, pacote Libre Office, além de aplicativos e funcionalidades de acessibilidade como vLibras, Visual e assistente de escrita. Contudo, tendo em vista as atividades previstas para os discentes, em particular a realização das avaliações presenciais, o espaço do laboratório não parece ser adequado fisicamente para atender até 30 discentes.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia básica para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/ 5 licenciaturas).

Justificativa para conceito 5: Foi evidenciado que o acervo físico constante no PPC do curso está tombado e informatizado em biblioteca própria. Foram conferidos os exemplares físicos disponíveis da bibliografia obrigatória das disciplinas do primeiro ano do curso, conforme definição do relatório de adequação assinado pelo NDE, informando o quantitativo de exemplares para cada disciplina (básica e complementar), tendo como referências as demandas de cursos que estão sendo realizados e recomendações anteriores do MEC. Optou-se, assim, por acervo misto com obras físicas e digitais. Para a bibliografia básica, a indicação foi de pelo menos 3 títulos por disciplina, com pelo menos 9 exemplares de cada um. Foi apresentada cópia do contrato (com aditivo) de licença para acesso ao acervo do serviço Minha Biblioteca com 500 licenças de uso. Em relação ao acesso físico dos livros, a biblioteca física, conforme Resolução 010/2017, funciona de segunda à sexta de 8h às 11h e de 13 às 21h. Aos sábados, o funcionamento é de 8h às 11h30. Existem computadores para acesso às obras virtuais na biblioteca, além da possibilidade de utilização do laboratório de informática. Em relação ao gerenciamento da quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, foi apresentada cópia do contrato de utilização do Pergamum. Foi apresentada a relação de periódicos científicos disponíveis para consulta dos discentes, tendo sido realizado o acesso de vários deles por amostragem. Por fim, foi apresentada cópia do plano de contingência, juntamente com a política de desenvolvimento de coleções, prevendo as ações a serem tomadas para a aquisição, expansão e atualização do acervo.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros 5 anos (bacharelados/licenciaturas).

Justificativa para conceito 5: Foi evidenciado que o acervo físico constante no PPC do curso está tombado e informatizado em biblioteca própria. Foram conferidos os exemplares físicos disponíveis da bibliografia obrigatória das disciplinas do primeiro ano do curso, conforme definição do relatório de adequação assinado pelo NDE, informando o quantitativo de exemplares para cada disciplina (básica e complementar), tendo como referências as demandas de cursos que estão sendo realizados e recomendações anteriores do MEC. Optou-se, assim, por acervo misto com obras físicas e digitais. Para a bibliografia complementar, a indicação foi de pelo menos 5 títulos por disciplina, com pelo menos 2 exemplares físicos ou com acesso virtual de cada um. Foi apresentada cópia do contrato (com aditivo) de licença para acesso ao acervo do serviço Minha Biblioteca com 500 licenças de uso. Em relação ao acesso físico dos livros, a biblioteca física, conforme Resolução 010/2017, funciona de segunda à sexta de 8h às 11h e de 13 às 21h. Aos sábados, o funcionamento é de 8h às 11h30. Existem computadores para acesso às obras virtuais na biblioteca, além da possibilidade de utilização do laboratório de informática.

Em relação ao gerenciamento da quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, foi apresentada cópia do contrato de utilização do Pergamum. Por fim, foi apresentada cópia do plano de contingência, juntamente com a política de desenvolvimento de coleções, prevendo as ações a serem tomadas para a aquisição, expansão e atualização do acervo.

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. Verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos (cujas informações devem estar disponíveis na sede da instituição). Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica por não ser requisito ao funcionamento do curso.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. Verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos (cujas informações devem estar disponíveis na sede da instituição). Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica por não ser requisito ao funcionamento do curso.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). 3

Justificativa para conceito 3: De acordo com as evidências durante a visita in loco, os processos de controle de produção ou distribuição de materiais didáticos serão centrados no AVA, por meio de guias específicas por disciplinas. Conforme consta no PPC, esse processo está formalizado e possui plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento da produção e distribuição. Em grande medida, os materiais se baseiam em experiências de outros cursos e de outras IES (conforme contrato de prestação de serviços). Entretanto, não foram evidenciados sistemas informatizados com recursos específicos relacionados ao controle e gerenciamento dos processos de produção e distribuição desses materiais, tampouco foram demonstrados indicadores desses processos.

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

3.16. Ambientes profissionais vinculados ao curso. Exclusivo para cursos com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

Dimensão 4: Considerações finais.

4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Márcio Júlio da Silva Mattos e Cláudio Rodrigues Correa

4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Processo número 201802952 e avaliação número 147485.

4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

Faculdade Católica de Rondônia, localizada na Rua Gonçalves Dias, 290, Centro, Porto Velho-RO. Os dados são idênticos aos já informados no FE.

4.4. Informar o ato autorizativo.

Autorização EAD vinculada a credenciamento.

4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas pretendidas.

Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública a ser realizado na modalidade de educação a distância, com previsão de 180 vagas anuais.

4.6. Explicitar os documentos utilizados como base para avaliação (PDI e sua vigência; PPC; Projeto de Autoavaliação e demais relatórios da IES).

Para esta avaliação, foram disponibilizados e consultados os seguintes documentos:

ATA E O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CULTURA NA AMAZÔNIA MOACIR GREGHI - AASCAM

ATAS REUNIÕES DA CPA

ATAS REUNIÕES DO COLEGIADO DE CURSO

ATAS REUNIÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CALENDÁRIO ACADÊMICO 2019

CONTRATO DE COMODATO

CONTROLE DOS PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS E INDEXADOS - ABRANGENDO AS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS DO CURSO

Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - PLANO DE AÇÃO ANUAL

DESCRITIVO INFRAESTRUTURA EAD

DOCUMENTAÇÃO INFRAESTRUTURA TI

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA - NORMAS DE UTILIZAÇÃO POLÍTICA DE ACESSO AOS SERVIÇOS PLANO DE MANUTENÇÃO

LICENÇAS DE SOFTWARE

LISTA DE PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS E INDEXADOS - ABRANGENDO AS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS DO CURSO

LIVROS DIDÁTICOS DAS DISCIPLINAS DE: Introdução ao Estudo da Segurança Pública, Língua Brasileira de Sinais e Psicologia nas Instituições Jurídicas

PLANO DE ATUAÇÃO DA CPA

PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS E DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2017 a 2021

PLANO PARA ENCONTRO PRESENCIAL

POLÍTICAS DE PROCEDIMENTO DE TI

PORTARIA Nº 001 de 28 de janeiro de 2019 - Membros da CPA

PORTARIA Nº 006 de janeiro de 2019 - Nomear Coordenador do Curso

PORTARIA Nº 11 de 16 de fevereiro de 2018 - Constituição do NDE
PORTARIA No- 279, DE 23 DE MARÇO DE 2015 - Portaria de Credenciamento e Recredenciamento Institucional
PROGRAMA ANUAL DE DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE
PROGRAMA DE ENSINO - Matriz Curricular e Projetos de Certificações
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE
PROGRAMA/PROJETO DE NIVELAMENTO
PROGRAMA/PROJETO DE NIVELAMENTO
PROJETO DA CPA
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
QUADRO DEMONSTRATIVO - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS DOCENTES/TUTORES
REGIMENTO GERAL - CONSELHO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - CONSUN
REGULAMENTO - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
REGULAMENTO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO
REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Relação de profissionais da equipe multidisciplinar
RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS BIBLIOGRAFIAS CONSTANTES NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
RELATÓRIO DE ESTUDO PERFIL DO CORPO DOCENTE - relação entre a titulação e/ou experiência profissional dos professores e o desempenho previsto, diante do perfil do egresso
RELATÓRIOS DA CPA
RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - AASCAM - REGULAMENTO DA BOLSA AASCAM
RESOLUÇÃO Nº 006/2018 - Dispõe sobre a Comissão Pópria de Avaliação da Instituição, aprova o Regulamento
RESOLUÇÃO Nº 007 DE 2017 – CONSUN - REGIMENTO DE CONVIVÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 010 DE 2017 - CONSUN - REGULAMENTO DA BIBLIOTECA DA FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
Resultados e Relatórios de Avaliação Externa Institucional e de Cursos existentes
TERMO DE COMPROMISSO - Coordenação de Curso

4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

Em relação à Dimensão 1, foi possível destacar os seguintes pontos:

1. O alinhamento entre as políticas institucionais no âmbito do curso, o oferecimento de trilhas formativas relacionadas ao perfil do egresso e a utilização de práticas exitosas em processos de revisão
2. Os objetivos do curso estão claramente previstos, são alinhados com o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto regional e, ainda, observam práticas inovadoras no campo do conhecimento relacionado ao curso. Em particular, são destacadas ações do Projeto Integrador como diferenciais. A IES prevê a realização de encontros presenciais mensais com os discentes como forma de instigar os estudantes, oportunizando eventos cooperativos de aprendizagem, ensejando relacionar teoria e prática.
3. A estrutura curricular foi articulada em torno de três conjuntos de disciplinas, denominadas certificações e que desempenham funções curriculares distintas por constituírem trilhas formativas próprias. A articulação entre a teoria e a prática constitui elemento próprio centrada nos projetos integradores. As metodologias escolhidas para utilização no curso incluem metodologias ativas e têm como referência o terceiro modelo de rotação da sala de aula invertida.
4. a metodologia está relacionada aos conteúdos por meio de três diferentes trilhas educacionais e ainda pela realização de atividades presenciais obrigatórias em regime mensal. A proposta do projeto integrador representa evidente inovação em relação a cursos semelhantes e, somado à participação

presencial dos docentes, tende a contribuir com os objetivos do curso.

5. Foram evidenciadas ferramentas de TIC, ambiente virtual de aprendizagem, atividades de tutoria, conhecimentos necessários a essas atividades, todos adequados à realização dos objetivos propostos em cada categoria no PPC do curso.

De acordo com as evidências observadas in loco, o ambiente virtual fornece elementos e recursos pertinentes à proposta pedagógica do curso. O acesso ao sistema foi realizado e os recursos disponíveis para a mediação pedagógica foram demonstrados. Dentre as ferramentas, destacam-se livros didáticos e conteúdos complementares em diferentes formatos, alguns com feedback automático ao estudante, links para acesso a bases de dados, artigos científicos on-line, vídeos e recursos educacionais abertos. Além disso, estão disponíveis chats, fóruns, e-mails, mural, espaços para sugestões de melhorias no material didático, ferramentas de envio de vídeos e áudios.

Entretanto, não foram apresentadas ações inovadoras em relação ao apoio ao discente. Não foram apresentadas evidências que sugiram o uso das avaliações em ações corretivas e de aperfeiçoamento de atividades futuras. Não foram evidenciadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Além disso, a oferta exclusiva do curso para profissionais da carreira de segurança pública, conforme estipulado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, não está explicitada no PPC. Durante as entrevistas com o coordenador do curso e com os docentes, ficou evidenciado que a intenção da IES seria diferente do disposto no catálogo.

Em relação à dimensão 2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL, foi possível verificar in loco e perceber a partir do exame de documentos apresentados à comissão e das reuniões com o pessoal (de professores a funcionários) a IES possui um corpo docente muito bem qualificado e aderente às especificidades do curso, com produção acadêmica e experiência em EAD compatível com o que se espera para esse CST de Segurança Pública. A IES optou por empregar os mesmos membros do corpo docente como tutores e fará encontros presenciais na sua sede aos sábados entre docentes e alunos para realização de projeto integrador entre as disciplinas correntes. O ponto de fragilidade dessa IES nessa dimensão está na falta de experiência dos seus tutores no exercício da tutoria na educação a distância, o que ela pretende mitigar com treinamentos.

Em relação à dimensão 3. INFRAESTRUTURA, a IES se houve bem no que tange à bibliografia (básica e complementar) do curso mas deixou de adequar, segundo os requisitos do instrumento de avaliação, muitos dos espaços físicos e instalações como sala de professores, sala do coordenador, dos docentes em tempo integral, bem como o acesso dos alunos a equipamentos de informática, uma vez que, para um curso em EAD, o laboratório apresentado está aquém do ideal para o número de alunos estimado.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

Em relação à Dimensão 1, foi possível destacar os seguintes pontos:

1. O alinhamento entre as políticas institucionais no âmbito do curso, o oferecimento de trilhas formativas relacionadas ao perfil do egresso e a utilização de práticas exitosas em processos de revisão
2. Os objetivos do curso estão claramente previstos, são alinhados com o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto regional e, ainda, observam práticas inovadoras no campo do conhecimento relacionado ao curso. Em particular, são destacadas ações do Projeto Integrador como diferenciais. A IES prevê a realização de encontros presenciais mensais com os discentes como forma de instigar os estudantes, oportunizando eventos cooperativos de aprendizagem, ensinando relacionar teoria e prática.
3. A estrutura curricular foi articulada em torno de três conjuntos de disciplinas, denominadas certificações e que desempenham funções curriculares distintas por constituírem trilhas formativas próprias. A articulação entre a teoria e a prática constitui elemento próprio centrada nos projetos integradores. As metodologias escolhidas para utilização no curso incluem metodologias ativas e têm como referência o terceiro modelo de

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

rotação da sala de aula invertida.

4. a metodologia está relacionada aos conteúdos por meio de três diferentes trilhas educacionais e ainda pela realização de atividades presenciais obrigatórias em regime mensal. A proposta do projeto integrador representa evidente inovação em relação a cursos semelhantes e, somado à participação presencial dos docentes, tende a contribuir com os objetivos do curso.

5. Foram evidenciadas ferramentas de TIC, ambiente virtual de aprendizagem, atividades de tutoria, conhecimentos necessários a essas atividades, todos adequados à realização dos objetivos propostos em cada categoria no PPC do curso.

De acordo com as evidências observadas in loco, o ambiente virtual fornece elementos e recursos pertinentes à proposta pedagógica do curso. O acesso ao sistema foi realizado e os recursos disponíveis para a mediação pedagógica foram demonstrados. Dentre as ferramentas, destacam-se livros didáticos e conteúdos complementares em diferentes formatos, alguns com feedback automático ao estudante, links para acesso a bases de dados, artigos científicos on-line, vídeos e recursos educacionais abertos. Além disso, estão disponíveis chats, fóruns, e-mails, mural, espaços para sugestões de melhorias no material didático, ferramentas de envio de vídeos e áudios.

Entretanto, não foram apresentadas ações inovadoras em relação ao apoio ao discente. Não foram apresentadas evidências que sugiram o uso das avaliações em ações corretivas e de aperfeiçoamento de atividades futuras. Não foram evidenciadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Além disso, a oferta exclusiva do curso para profissionais da carreira de segurança pública, conforme estipulado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, não está explicitada no PPC. Durante as entrevistas com o coordenador do curso e com os docentes, ficou evidenciado que a intenção da IES seria diferente do disposto no catálogo.

Em relação à dimensão 2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL, foi possível verificar in loco e perceber a partir do exame de documentos apresentados à comissão e das reuniões com o pessoal (de professores a funcionários) a IES possui um corpo docente muito bem qualificado e aderente às especificidades do curso, com produção acadêmica e experiência em EAD compatível com o que se espera para esse CST de Segurança Pública. A IES optou por empregar os mesmos membros do corpo docente como tutores e fará encontros presenciais na sua sede aos sábados entre docentes e alunos para realização de projeto integrador entre as disciplinas correntes. O ponto de fragilidade dessa IES nessa dimensão está na falta de experiência dos seus tutores no exercício da tutoria na educação a distância, o que ela pretende mitigar com tr

CONCEITO FINAL CONTÍNUO

3,95

CONCEITO FINAL FAIXA

4